

# UMA REFLEXÃO A PARTIR DA CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## Mesa de Trabajo 1. Ciencia, Tecnología y Sociedad

Universidade Federal de Santa Maria - Rio Grande do Sul - Brasil

Maria Celeste Landerdahl<sup>1</sup>

Letícia Becker Vieira<sup>2</sup>

Karine Jacques Hentges<sup>3</sup>

Mariana Resener de Moraes<sup>4</sup>

Elenir Terezinha Rizzetti Anversa<sup>5</sup>

**Resumo:** O Núcleo de Estudos Mulheres, Gênero e Políticas Públicas/NEMGeP do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM – Rio Grande do Sul, Brasil, desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão que buscam intervir na vida das mulheres, na esteira da superação de desigualdades de gênero. O NEMGeP desenvolveu, em 2010, o Programa de Extensão Universitária – PROEXT - *Mulheres Conquistando Cidadania*, que integrou, dentre suas ações, a execução de três edições de curso profissionalizante na área da construção civil, conferindo qualificação a 38 mulheres do município de Santa Maria. Com intuito de conhecer o contexto social e econômico das participantes do Programa foi realizado levantamento dos dados das fichas de inscrição das mesmas, na tentativa de estabelecer relações com dados oficiais da realidade das mulheres brasileiras. Esse levantamento evidenciou que mais da metade das mulheres, quando da inscrição no programa, encontravam-se desempregadas, possuíam baixa renda familiar e pouca escolaridade, dentre outros aspectos. Tais dados não nos surpreenderam, uma vez que vêm ao encontro da realidade das mulheres brasileiras e das desigualdades de gênero no seu contexto vivencial. Por outro lado, essa atividade, embora

---

<sup>1</sup> Enfermeira. Prof.<sup>a</sup> MS. do Dep. de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – RS - BR. Líder do Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas. Doutoranda Dinter Novas Fronteiras. Email: [mclanderdahl@gmail.com](mailto:mclanderdahl@gmail.com).

<sup>2</sup> Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Vice-líder do Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas do Dep. de Enfermagem – UFSM – RS - BR. Email: [lebvieira@hotmail.com](mailto:lebvieira@hotmail.com).

<sup>3</sup> Pedagoga. Acadêmica do Curso de Educação Especial – UFSM – RS - BR. Membro do Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas. – UFSM – RS - BR. Email: [karinejhentges@gmail.com](mailto:karinejhentges@gmail.com).

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia – UFSM e Membro do Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas – UFSM – RS - BR. Email: [mari\\_rm@hotmail.com](mailto:mari_rm@hotmail.com).

<sup>5</sup> Enfermeira. Mestre em Epidemiologia. Membro do Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas – UFSM – RS - BR. Email: [eleanversa@hotmail.com](mailto:eleanversa@hotmail.com).

não constituindo uma pesquisa na sua concepção e percurso metodológico possibilitou um importante exercício acadêmico na medida em que exigiu a busca, por parte de acadêmicos, de referenciais teóricos que possibilitassem uma reflexão sobre os dados encontrados.

**Palavras chaves:** cidadania, gênero, trabalho feminino.

## 1. INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX caracterizou-se por transformações econômicas, sociais e culturais que redefiniram o lugar do homem e da mulher nos espaços público e privado. A sobrecarga de responsabilidades, discriminação salarial, pouca presença em espaços de poder, má distribuição dos afazeres domésticos, restrições no campo da autonomia são, ainda hoje, situações presentes na vida cotidiana das mulheres (CLAM, 2010a). A superação desta realidade tem sido um desafio constante, pois implica pensar homens e mulheres em uma sociedade na qual direitos, oportunidades, responsabilidades, desejos e competências não dependem do sexo do indivíduo (LANDERDAHL, 2011).

Entende-se que o sexo com o qual o sujeito nasce não é suficiente para ditar comportamentos, aspirações, interesses e papéis. Sexo não corresponde a gênero, e vice-versa. Como seres criadores de cultura, o ser humano vivencia e tem consciência de si através de processos de socialização que o cerca desde o nascimento. Existem, assim, diferenças sexuais, mas que são experienciadas simbolicamente e vivenciadas como gênero, que se contextualizam com o momento sociocultural e histórico (STREY, 1998).

Dessa forma, “enquanto as diferenças sexuais são físicas, as diferenças de gênero são socialmente construídas” (STREY, 1998, p.182). A construção social do gênero nos remete às diferenças sexuais, mas depende da forma como cada cultura determina o que é esperado de mulheres e homens, o que significa ser do sexo masculino e do feminino, como eles se relacionam. O gênero pode ser visto enquanto uma construção social, quando verificamos que ser homem ou ser mulher varia em diferentes sociedades e momentos históricos (STREY, 1998).

Em um cenário marcado por desigualdades de gênero, por influência de lutas pela emancipação das mulheres, os formuladores de políticas nacionais e internacionais perceberam a subordinação feminina como um entrave à qualidade de vida das mulheres e comunidades na qual estão inseridas (CLAM, 2010a).

Pode-se entender por subordinação uma relativa falta de poder. Por exemplo, discriminações nos salários e nas promoções dizem respeito à subordinação de gênero (STREY, 1998). Frente a isso, importante atentar que sociedades empenhadas por um ambiente de igualdade e justiça entre homens e mulheres apresentam maior progresso no desenvolvimento humano (CLAM, 2010a).

Ainda, considera-se que a equidade de gênero é um direito humano, sendo o empoderamento da mulher, ferramenta indispensável na promoção do desenvolvimento e redução da pobreza (UNFPA, 2009). Nessa perspectiva, o Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas/NEMGeP do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM – Rio Grande do Sul – Brasil desenvolve ações que buscam intervir na vida das mulheres, buscando igualdade e empoderamento, por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão.

Entre suas ações, o referido núcleo vem desenvolvendo o Programa de Extensão - PROEXT - *Mulheres Conquistando Cidadania*, com recursos do Ministério da Educação, o qual se encontra em fase de finalização em 2011. O público-alvo deste programa foram mulheres moradoras da Região Sanitária Norte de Santa Maria, onde o Curso de Enfermagem/UFSM desenvolve, desde 1993, um Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão com mulheres, pautado na promoção da saúde em consonância com o Sistema Único de Saúde;

O programa teve como principal objetivo contribuir para a efetivação do Plano Nacional de Políticas Públicas (BRASIL, 2008) para as Mulheres. Como forma de ir ao encontro das demandas femininas no que se refere ao mundo do trabalho, esse plano propõe, dentre seus onze eixos de intervenção, o eixo “autonomia e igualdade no mundo do trabalho e cidadania”, o qual busca, dentre outros objetivos, promover a autonomia econômica das mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais, regionais e de deficiência, como forma de promover a igualdade de gênero nas relações de trabalho.

Respaldao nessa compreensão, o Programa executou três ações integradas entre si, quais sejam: desenvolvimento de cursos profissionalizantes na área da construção civil, dirigido a mulheres de baixa renda; diálogo com gestores na tentativa de sensibilizar para a necessidade de considerar as questões de gênero/autonomia financeira feminina nas políticas públicas do município;; e aglutinação das ações, momento em que essas eram sistematizadas por meio de reuniões semanais do NEMGeP, possibilitando, dentre outras iniciativas, a elaboração de um projeto de pesquisa, o qual encontra-se em fase de análise de dados, bem como publicações que vêm se efetivando ao longo do período de desenvolvimento do programa.

As três edições do curso profissionalizante na área da construção civil aconteceram por meio de dois eixos: técnico e saúde/cidadania. O primeiro eixo sendo ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/RS), e o segundo sob coordenação de docentes e pós-graduandas do Departamento de Enfermagem da UFSM e graduandas dos Cursos de Psicologia, Pedagogia, Comunicação Social, Enfermagem, bem como profissionais do Serviço Social e enfermeiras do Hospital Universitário de Santa Maria e

Secretaria de Município da Saúde/SM. O público-alvo deste programa foi de mulheres da região norte do município de Santa Maria – RS - BR.

Durante a execução do programa, no entanto, houve o interesse em conhecer, de forma mais detalhada, o contexto social e econômico das participantes do Programa. Para tanto, foi realizado levantamento simples dos dados das fichas de inscrição das cursistas, na tentativa de estabelecer relações e reflexões com dados oficiais da realidade das mulheres brasileiras que passamos a apresentar nesse espaço acadêmico.

## **2. OBJETIVO**

Socializar algumas reflexões oriundas de dados que caracterizam as mulheres participantes do Programa de Extensão Universitária intitulado *Mulheres Conquistando Cidadania* – PROEXT 2009/MEC/UFSM/BRASIL, com intuito de estabelecer relações e diálogos com dados oficiais da realidade das mulheres brasileiras.

## **3. METODOLOGIA**

Foram examinadas 38 fichas, que correspondem às inscrições das mulheres que finalizaram o curso. Na ficha constavam as variáveis: raça, renda, escolaridade, emprego ou ocupação, número de pessoas que moravam na casa, número de trabalhadores que viviam na casa, número de filhos, e recebimento ou não de benefício Bolsa Família<sup>6</sup>, entre outros dados. A ficha de inscrição para a seleção priorizou as mulheres com maior necessidade econômica e social, dentre elas: as negras, com menor renda, menores índices de escolaridade, maior número de filhos e maior número de pessoas na mesma moradia. O levantamento de dados foi realizado de forma manual, ante elaboração de tabelas de percentual simples.

## **4. CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES QUE CONCLUÍRAM O CURSO**

Verificou-se que dentre as 38 fichas preenchidas, quanto à caracterização sócio-demográfica, 55% das mulheres se diziam brancas e 45% não brancas. Já, quanto à escolaridade, 40% das mulheres possuíam ensino fundamental incompleto, 20% ensino fundamental completo, 17,5% ensino médio incompleto, 22,5% ensino médio completo.

---

<sup>6</sup>O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política pública criada durante o governo Lula, em 2003, que visa erradicar a pobreza através da transferência direta de renda do Governo às famílias (CLAM, 2010a).

No que diz respeito à renda familiar, 12,5% das mulheres relataram receber menos de ½ salário, 20,0% ½ a 1 salário, 55,0% de 1 a 2 salários, e 12,5%, 2 ou mais salários mínimos. No momento da inscrição, 67,5% encontravam-se desempregadas e 87,5% possuíam alguma pessoa empregada na família. Em relação ao recebimento de auxílio de transferência de renda - Bolsa Família, 47,5% das mulheres afirmaram receber o auxílio.

Quanto ao número de crianças por família, 20% não tinham crianças na família, 30% tinham uma criança, 20% tinham duas crianças, e 30% tinham duas ou mais crianças na família. Quanto ao número de pessoas residindo no mesmo domicílio, 82,5% possuíam três ou mais moradores, 2,5% um morador, 15% dois moradores.

## **5. ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DOS DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES**

Mais da metade das mulheres encontravam-se desempregadas, possuíam baixa renda familiar e baixa escolaridade. Nesse sentido, a realização deste curso teve como objetivo ser uma oportunidade para as mulheres à inserção ao trabalho e de aumento da renda, para sua autonomia e inserção social.

Quando atentamos para a atividade humana relacionada ao trabalho, podemos perceber a valorização social assimétrica a ele vinculada. Em estudos estatísticos e em muitos casos, também em estudos científicos, o conceito para trabalho é considerado aquele exercido no âmbito público, ligado estritamente ao profissional. É, então, associado um tempo de trabalho à produção, o qual é trocado por dinheiro, ou seja, valorizado economicamente (DURÁN, 2000 apud. PERISTA, 2002).

Como conseqüência, aquele trabalho doméstico, principalmente exercido pelas mulheres, é desvalorizado e se torna invisível à sociedade. Assim, tarefas domésticas e qualquer trabalho ligado à reprodução não são percebidos socialmente, na medida em que não lhes é atribuído nenhum valor social e econômico, sequer reconhecidos como trabalho (PERISTA, 2002).

Nesse sentido, embora 67,5% das mulheres inscritas que realizaram os cursos profissionalizantes tenham se referido como desempregadas, todas afirmaram manter os cuidados domésticos sob sua responsabilidade, ou trabalhar eventualmente como diarista. Ou seja, sim, essas mulheres exerciam um trabalho, mas invisível no contexto social, raramente percebido por elas – tema também discutido e relativizado durante as oficinas de cidadania.

Ainda pode-se relacionar o cenário das mulheres do curso à realidade brasileira, considerando que 87,5% da renda familiar das cursistas recebia até 2 salários mínimos,

coincidindo com o fato de que a maior parte das famílias brasileiras possui responsáveis que ganham menos do que 2 salários (EGeS,2010).

Importante resgatar que, de acordo com o Human Development Report, 1995, em nível mundial “A pobreza tem o rosto de uma mulher – de 1.3 bilhões de pessoas na pobreza, 70% são mulheres”, dado que tem sido relacionado com o aumento de famílias chefiadas por mulheres (CLAM, 2010a). Desigualdades entre homens e mulheres vão além da esfera doméstica - resultam na precariedade da inserção da mulher no mercado de trabalho, o que conduz a menores condições de bem-estar e eleva as taxas de pobreza (CLAM, 2010a).

Novamente aponta-se uma possível relação dos dados levantados a partir da caracterização das mulheres participantes do curso, considerando-se que 67,5% encontram-se desempregadas, inferindo-se uma relação entre taxa de desemprego e baixa renda familiar. Sendo que 47,5% das mulheres recebiam o auxílio Bolsa Família, percebe-se que, embora uma parcela esteja fora do mercado de trabalho, os recursos recebidos pelo governo, apesar de ser um assunto com posições divergentes aos críticos políticos e sociais, podem estar auxiliando em uma maior autonomia financeira para essas mulheres, facilitando a tomada de decisões no âmbito familiar.

Ressalta-se que a mulher com capacitação para o mercado de trabalho favorece o aumento da força de trabalho e aquisição salarial. Dessa forma, constatou-se, em Fórum Econômico Mundial (2009), que encurtar as lacunas de gênero, amplia a evolução econômica e possibilita o bem-estar da população além de ser uma atitude de justiça (CLAM, 2010a).

Outro aspecto que deve-se dar atenção é quanto à escolarização, e como isso especificamente interfere na realidade do segmento feminino. A participação de mulheres na educação formal tem repercussão no acesso mais intenso a bens e serviços, ao conhecimento de direitos e deveres civis, levando a maior autonomia em decisões sobre suas vidas e maior inserção na vida pública (CLAM, 2010a).

Apesar de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2008) apontarem que a média de anos que as mulheres brasileiras frequentam as escolas é maior que os homens essa realidade ainda é recente. Justifica-se que historicamente, na sociedade ocidental, a educação foi restringida ao segmento feminino (CLAM, 2010a).

No que se refere à raça, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) traz dados em que as mulheres negras recebem até 70% menos que os homens brancos na mesma função. Da mesma forma, estudos apontam elevados índices de desigualdades salariais entre negros mais escolarizados e brancos com o mesmo nível de estudo (CLAM, 2010a).

Sem pretensão de abordar todas as vertentes, fontes e desdobramento da discussão sobre o fenômeno do racismo, entende-se raça não através do aspecto biológico, mas como

um conceito carregado de ideologia, que esconde algo que não é dito, uma relação de dominação e de poder (MUNANGA, 2003 apud CLAM, 2010b).

Amparado em estudos com bases estatísticas, no Brasil ao final da década de 70 iniciaram-se pesquisas que buscavam entender as desigualdades raciais. Em 1979, Carlos Hasenbalg, sociólogo argentino, deu início a esse campo de estudos com a pesquisa “Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil”, que, através de estatísticas do IBGE, comparou e analisou grupos de negros, brancos, pardos, amarelos e indígenas, por meio de indicadores como escolaridade, moradia, rendimentos, ocupação, entre outros (CLAM, 2010b).

É percebido que, historicamente, ocorre uma perpetuação cumulativa de desvantagens que são transmitidas de geração para geração, mantendo-se a pobreza entre os/as não brancos/as. Através dessa reflexão, conclui-se que racismo, iniquidades de gênero, discriminação e desigualdade racial andam juntos (CLAM, 2010b).

É interessante notar que, nessa esteira, as mulheres negras sofrem dupla discriminação: por serem mulheres, e por serem negras (BRASIL, 2008). Tendo em vista este cenário, somado à discriminação salarial presente em relação à raça-etnia e gênero indicada pelos índices do IBGE (2004) citada anteriormente, buscou-se privilegiar a inserção de mulheres negras. No entanto, apenas 45% das mulheres participantes declaram ser negra.

Apesar de o Programa priorizar a inserção de mulheres negras no curso, sendo este um critério de inclusão na seleção das mesmas, ressalta-se a baixa procura e persistência no desenvolvimento do curso por essas mulheres. Considerando as limitações de análise deste estudo no que diz respeito a esta questão, os questionamentos e inquietações sobre a menor participação de mulheres negras no curso ainda permanecem obscuras, carecendo de outras análises para além de uma breve caracterização.

Quando refletimos sobre as desigualdades entre homens e mulheres, percebemos que as mulheres são acompanhadas de dificuldades na sua inserção no mundo do trabalho (público). Ultrapassada essa etapa, uma vez no mercado, as mulheres muitas vezes, ainda, vivenciam descontinuidades em sua carreira e/ou até mesmo vem-se em situação de deixar o emprego. Isso acontece principalmente quando se deparam com necessidade de assumir o compromisso com os filhos nos primeiros estágios de desenvolvimento (CLAM, 2010a). Nesse sentido, 30% das mulheres cursistas apresentavam 2 ou mais crianças em suas residências, restringindo suas possibilidades de atuação no campo profissional. Da mesma forma, pode-se inferir que a tarefa de manter os cuidados da família possam ter interferido na continuidade das mulheres no curso.

Entende-se que, quando a entrada da mulher no mundo do trabalho é facilitada, possibilita-se o aumento de sua renda, autonomia pessoal, elevando condições sócio-

econômicas e de saúde sua e da família (BRASIL, 2008). Durante o desenvolvimento dos cursos profissionalizantes esteve bastante marcada a responsabilidade que as mulheres assumiam com relação aos cuidados domésticos e com a família, especialmente com as crianças menores. Considerando essa realidade, buscou-se desenvolver estratégias durante o curso que facilitasse a inserção e permanência dessas no curso, tanto no eixo profissionalizante, quando no eixo cidadania, como flexibilidade nos horários, oficinas e atividades que envolvem as crianças que estavam presentes nas oficinas. Além disso, buscou-se nas oficinas refletir e problematizar acerca do papel que a mulher assume na família e sociedade, especialmente evidente nessas situações de cuidadora e responsável do lar.

Percebe-se que é possível estabelecer algumas relações entre as características das mulheres cursistas do PROEXT com dados da realidade das mulheres brasileiras, no que tange raça/etnia, escolaridade, renda familiar, número de crianças na família e emprego. Pensar estas relações possibilita refletir sobre aspectos vivenciados pelas participantes do programa, que contribuem na manutenção de desigualdades de gênero no seu contexto.

Ainda, a realização da caracterização das mulheres cursistas do PROEXT, e análise das possíveis relações que podemos estabelecer com aspectos vivenciados pelas mulheres serviu como um dispositivo de aprendizagem sobre questões que envolvem gênero e raça no que tange o cotidiano dessas mulheres.

Ao olhar para aspectos essenciais que ocorrem na vida cotidiana das pessoas, seja no mundo do trabalho, seja na esfera política ou privada, buscam-se possibilidades de compreender nas dinâmicas da sociedade se transformações em prol da equidade de gênero tem se efetivado.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A elaboração desta reflexão a respeito das possíveis relações do contexto das cursistas com a realidade das mulheres brasileiras torna-se importante para compreender mais profundamente a vida das mulheres público-alvo do programa em foco. Esse estudo representou um exercício acadêmico importante, uma vez que demandou a busca de referenciais teóricos pelos acadêmicos envolvidos, propiciando refletir acerca dos dados encontrados.

Entende-se que o exercício de refletir sobre relações entre o que é vivido singularmente pelas participantes, em seus aspectos mais elementares; e o que é experienciado no contexto coletivo das mulheres brasileiras permite uma melhor compreensão sobre fatores que mantém e reforçam as inequidades de gênero. Entende-se que, na medida em que



conhecemos esses fatores, torna-se possível buscar alternativas de enfrentamento e transformações na vida das mulheres.

Evidencia-se, assim, o valor da extensão universitária como relevante estimulador de iniciativas no campo do conhecimento, que deve extrapolar os muros das universidades. A partir de iniciativas dessa natureza, é possível desenvolver reflexões que estimulem a criatividade e o pensamento crítico de acadêmicos.

## 7. REFERENCIAS

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2008.

CLAM [Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos]. **Apostila do Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade**. Disciplina I – Diversidade, diferença e desigualdade. Unidade III – Gênero, Sexualidades e Desigualdades. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: CLAM, SPM, UERJ, 2010a.

CLAM [Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos]. **Apostila do Curso Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP-GeR**. Módulo III – Políticas Públicas e Raça. Orgs. HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010b.

STREY, M. N. Gênero: In: STREY, M. N. et al. **Psicologia Social Contemporânea: livro texto**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LANDERDAHL, M. C. Mais um oito de março! **Jornal Diário de Santa Maria**, 09 mar.2011.

LANDERDAHL, M. C. **Programa de Extensão “Mulheres Conquistando Cidadania”- MEC/SESu**. Santa Maria: [s.n.] 2009. 50p. Projeto de Extensão- Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

UNFPA. Gender Equality: a cornerstone of development. New York: UNFPA, 2009. Disponível em: <[www.unfpa.org/gender](http://www.unfpa.org/gender).> Acesso em 25 mar. 2011.

PERISTA, H. Gênero e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. In **Análise Social**; 37(163), p447-474, 2002. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218732780P9jPM6nt5Ik17YP4.pdf> Acesso em 21 jul. 2011.